



## DISCURSIVIDADES SOBRE O SUJEITO-ALUNO NO DOCUMENTO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Irene Cristina Kohler<sup>1</sup>

Angela Derlise Stübe<sup>2</sup>

O presente texto tem como objeto o discurso do novo no documento “Novas perspectivas para o cotidiano escolar” (2011), destinado ao Ensino Médio em tempo integral do Estado de Santa Catarina, buscando compreender o sujeito-aluno que ele constitui. Para sustentar nossa pesquisa, nós nos apoiaremos em uma perspectiva discursiva que concebe o sujeito como historicamente constituído sobre as bases de determinações que lhe são exteriores, ou seja, sujeito que se constitui por práticas que podem ser de poder e de saber.

A educação integral já foi tema de discussão ao longo do tempo. Atualmente, a proposta da educação integral ganha força novamente nas discussões sobre a educação, e exige deslocamentos frente ao poder público e aos educadores. Sendo assim, a educação integral tem como principal discurso a transformação do currículo vigente frente aos desafios que a escola abarca. Dessa forma, partimos do pressuposto de que o documento normativo da escola em tempo integral procura enfatizar o discurso do novo, do diferente, produzindo, assim, um determinado sujeito, pois, ao fazer a injunção do novo, discursos são apagados, são silenciados, discursos esses constituídos a partir do imaginário de que tudo o que é novo é para mudar. Perante isso, a questão da escola em tempo integral e do aluno que nesse espaço se encontra nos chamou a atenção, fato que nos levou a investigar um documento que sustenta a proposta da implantação da educação integral no ensino médio de Santa Catarina e nos questionarmos: Que sujeito-aluno é esse que se constitui por meio da discursividade do novo no documento das escolas em tempo integral? Que sujeito é esse que a educação integral almeja e pretende forma(ta)r? Pretendemos, por meio dessa investigação, desenvolver uma pesquisa que vise a contribuir para as reflexões acerca de alguns conceitos propostos pela Análise de Discurso.

Entender as razões que constituem o sujeito discursivo entrelaça outros fios conceituais da análise de discurso. Dessa forma, esse conceito nos serve de travessia para entrarmos no corpus selecionado, para assim, realizarmos nosso gesto de interpretação, cujo movimento será produzir efeitos em relação a outros conceitos e sentidos em um discurso.

Buscando compreender a constituição do sujeito-aluno por meio do discurso do novo no documento, observamos a complexa tarefa de delimitarmos em nossa pesquisa os enunciados que compõem o corpus de análise. Entendemos que delimitar consiste em traçar um limite em um

---

<sup>1</sup> Mestranda em Estudos Linguísticos, (UFFS) Campus Chapecó/SC.

<sup>2</sup> Doutora em Linguística Aplicada. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos (UFFS), Campus Chapecó/SC.



conjunto de regularidades dispersas, definindo-se por suas possibilidades de diferenciação. Dessa forma, esse conjunto está ligado estreitamente a outros discursos produzidos em outros espaços, em outro tempo, enfim, em diferentes campos enunciativos.

Ressaltamos que ao falarmos de documento, o caracterizamos de acordo com os escritos de Foucault (1986) em sua *Arqueologia*, referindo-se a documento como monumento. Foucault examina a questão das análises históricas e discute a crítica ao documento e como ele foi abordado pela história tradicional. Para o autor, os historiadores tradicionais abordavam o documento procurando discutir o que eles queriam dizer, se diziam a verdade, se eram autênticos ou fabricados. Dessa forma, o documento deveria ser decifrado de maneira positivista e reconstituir o passado, revelando a verdade, a origem. O documento era tratado pelos historiadores como a linguagem de uma voz reduzida ao silêncio, rastro frágil, mas decifrável.

Podemos considerar como elemento fundamental, no documento da escola em tempo integral analisado, um caráter de autoridade, na medida em que este se apresenta como um saber e, que deve conter uma verdade a ser compartilhada e transmitida. Porém, de acordo com Souza (2010), se pensarmos o documento como estável, estaríamos diante de um mito da palavra escrita, no qual o saber é imutável, sendo que já haveria uma interpretação dada e o documento aceitaria apenas uma única leitura possível. Dessa forma, o documento representa segundo Souza (2010), uma espécie de seleção naturalizada, por ser raramente questionada em contexto escolar, vindo a torna-se senso comum.

Dessa forma, ao recortarmos, selecionarmos e distinguirmos o que é relevante ou não para nossa pesquisa, o documento passa a se apresentar como monumento, pois não nos interessa reconstituir o que os homens fizeram ou disseram como algo inerte, mas sim trabalhá-lo, (re)elaborando-o. O documento não se apresenta mais para a história como matéria inerte, que tenta reconstituir o que os homens disseram ou fizeram, fornecendo um sentido de continuidade à ação humana. Diante dessas considerações, entendemos que para proceder às análises, é necessário evidenciar algumas aproximações discursivas na dispersão do discurso da educação integral, nas múltiplas possibilidades de enunciação, para mostrar que o discurso só deixa marcas, justamente por sofrer alterações.

Perante isso, o material empírico que utilizamos para nossa análise foi escolhido pela relevância que esse documento tem para as discussões em nossa pesquisa. *“Novas perspectivas para o cotidiano escolar”* (2011) é um documento de apoio para a implantação das escolas em tempo integral do ensino médio do Estado de Santa Catarina, cuja circulação apresenta-se disponível nesses espaços, com o intuito de embasar teoricamente as propostas para a concretização da mesma. O documento é destinado a professores, gestores e demais funcionários que atuam de forma efetiva na proposta de ampliação da jornada escolar.

Para proceder à construção da análise, foram selecionados enunciados no documento pautado no objeto de estudo e nas perguntas de pesquisa, com a finalidade de construir um *corpus*

que permita a análise das formações discursivas a fim investigar dispositivos de produção de sujeito no decorrer do material, como passamos a apresentar em seguida.

Diante desses aspectos e por meio da leitura do documento, algumas categorias de análise chamaram-nos a atenção:

- A questão de romper com o tradicional, para instaurar algo diferente, novo;
- Como o novo e o velho são apresentados na materialidade discursiva;
- Como o sujeito-aluno é apresentado por essa discursividade.

Guiamos o nosso gesto interpretativo por marcas discursivas que operam como regularidades. Dessa forma, transpomos a opacidade do objeto simbólico e buscamos as contradições que sinalizam a dispersão do discurso (FOUCAULT, 1968).

Dessa forma, buscamos privilegiar como, discursivamente, o “*novo*” nos oferece lugar à interpretação.

(E1) “*O Ensino Médio em tempo integral rompe com o modelo tradicional e fragmentado, que hoje ocorre nas salas de aula do estado de Santa Catarina. É necessário, mais do que nunca, que os conhecimentos sejam significativos ao jovem*” (grifo nosso).

Ao propor uma forma de educação diferenciada para a escola em tempo integral, o (E1) enuncia o novo: “*romper com o modelo tradicional e fragmentado*”, demarcando um ponto final com o modo de ensino apresentado como tradicional. Isso fica mais evidente com a marca discursiva “romper” que reforça esse imaginário de que para instaurar algo *novo* você precisa desqualificar o que já está posto. Essa demarcação está imbuída por um imaginário construído ao longo dos anos, disseminado, principalmente, por discursos que afirmam o fracasso da educação básica, tal como o do Ideb<sup>3</sup>. Esse discurso se explica também em função de outros discursos da educação, de caráter autoritário que ditam regras e leis e que buscam a constante busca pela completude.

Podemos observar que ao apresentar a escola como “*tradicional e fragmentada*” (E1), as marcas linguísticas “*romper*” e “*hoje*” apontam para sentidos que demarcam uma fronteira, uma temporalidade, ou seja, deixa fora outras vozes, de que tudo que é velho, tradicional, fragmentado não produzirá efeitos no sujeito-aluno, deixando emergir o discurso da inovação. Para Foucault (1971, p. 26), essa fronteira não é possível, pois, segundo o autor, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”, ou seja, o dizer é inevitavelmente habitado pelo já dito e se abre sempre para uma pluralidade de sentidos, que, por não se produzirem jamais nas mesmas circunstâncias, são, ao mesmo tempo, sempre e inevitavelmente novos. (FOUCAULT, 1971). Sendo assim, o que o documento considera como *novo*, já possui um já dito, e que mesmo que os sentidos

---

<sup>3</sup> O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi criado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ele é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil.



sejam outros, não podemos nos desvincular de uma memória, de um arquivo. O novo no documento é produzido por oposição, silenciamento é apagar a voz da experiência. Para Foucault, esse movimento está no já dito da ressignificação de sentidos.

Entendemos que a ênfase em uma mudança, em que “*romper com um modelo*” é exposto, está na memória discursiva, pois, embora, o discurso tente apagar o velho, este inevitavelmente, surge, por ser constitutiva do sujeito e do discurso. Tais efeitos ganham presença também no próximo enunciado discursivo

(E2) “Tendo como eixos norteadores a sustentabilidade, o empreendedorismo, e como base metodológica o protagonismo, o currículo se desprenderá do modelo de aulas totalmente livrescas e sem sentido, para aulas contextualizadas, práticas, nas quais o jovem, ativo e participativo, desenvolverá ações de inserção social, e construirá o conhecimento de forma coletiva, com visão interdisciplinar, relacionando com sua vida, sua moradia, sua escola, seu bairro, sua cidade, seu planeta, permitindo, desta forma, colocar-se efetivamente como cidadão com direitos e deveres, porém, com participação ativa como agente de transformação da sociedade onde vive, exercendo efetivamente sua cidadania”.

O (E2), nos apresenta uma demarcação, ou seja, um agora “*eixos norteadores e sustentabilidade, o empreendedorismo, o protagonismo*” “*aulas contextualizadas*”, “*cidadão com direitos e deveres*” e um anterior (que se apresenta negado) “*o currículo se desprenderá do modelo de aulas totalmente livrescas e sem sentido*”. Podemos inferir possivelmente, que essa demarcação e resultado de uma cultura enraizada em uma visão logocêntrica que impõe leis e estabelece o que é certo ou errado. Dessa forma, o (E2) produz efeitos de sentidos que movem o sujeito-aluno sempre em busca de uma verdade de uma completude. Nessa perspectiva, o enunciado discursivo aponta para diferentes imagens sobre o sujeito-aluno, as quais o aluno precisa ser *empreendedor* (marcado por um discurso capitalista), responsável pelo meio ambiente (preservar o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras), *protagonista, ativo e participativo*.

De acordo com Eckert-hoff (2008), o discurso do novo faz parte de um imaginário construído historicamente. A autora ressalta que essa discursividade marca um momento da história em que o novo se caracteriza como fundador, como parte constitutiva da formação do Brasil e também como negação do anterior. Para a autora, o discurso do novo também remete ao discurso neoliberal, o qual os sujeitos precisam se adequar ao sistema para funcionarem idealmente. Sendo assim, esse discurso se concentra no imaginário mercadológico do novo, ou seja, as novas tecnologias, os novos métodos, a busca por sujeitos ideais incitam a fundar um novo e descartar o velho.

Dessa forma, ao analisarmos os enunciado (E1) e (E2) do documento, notamos que os traços argumentativos constituintes do documento contribuem para o estabelecimento de um regime de verdade, de tudo que é novo é para melhorar, mesmo que essa representação do novo, já tenha sido vista em outros momentos, no ensino de tempo regular. O regime de verdade é assegurado no discurso político educacional, atribuindo o valor de verdade por meio do status científico do saber institucionalizado, que não é advindo do Estado, mas é mantido por ele (FOUCAULT, 2011).



Entendemos que, na ilusão de formar o sujeito-aluno integral e completo, o discurso do “*novo*” camufla e demarca uma fronteira entre o que já estava posto e a proposta da escola em tempo integral. Essa ilusão de ser dizer inteiro, de controle do corpo é uma imagem construída por um discurso neoliberal, do mercado de trabalho que busca “*corpos úteis à sociedade*”, produzindo a imagem de um sujeito-aluno ideal para funcionar nesse sistema.

Dessa forma, a partir das análises pudemos vislumbrar que o discurso do novo enquanto elemento que constitui o texto perpassa por outros discursos, cria regras, se estabelece como estratégia e produz sujeitos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ECKERT -HOFF, B. Escrit(ur)a de si e identidade : o sujeito-professor em formação Campinas, SP : Mercado de Letras, 2008.

FOUCAULT, M. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso: aula inaugural no collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Santiago. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2010. 79 p. (Original de 1971).

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Educação Básica e Profissional. Gerencia de Ensino Médio. Novas Perspectivas Para o Cotidiano Escolar. Ensino Médio Integral: DIEB/Gerencia de Ensino Médio. Florianópolis, 2011.

SOUZA. M. D. Do monumento ao documento. In. O Jogo discursivo na aula de leitura. Pontes, 2010

EDUCAR Para crescer: Por dentro do ideb. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/ideb-299357.shtml>> Acessado em: 26 de Agosto de 2013.